



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ATA Nº 16 DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CNODS

Ata da 8ª reunião ordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável realizada no dia 17 de outubro de 2025, no Auditório da FIOCRUZ, UNB, Brasília.

1 Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, a partir das nove horas,
2 reuniu-se a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com
3 a presença dos seguintes membros: Lavito Bacarissa, Secretário-Executivo da Comissão
4 Nacional dos ODS, Patricia Maria Santos de Carvalho - SG/PR,; André Grossi Porto -
5 SG/PR; Thiago Galvão - SG/PR; Mariana Siqueira - SG/PR; José Alberto Saraiva Fernandes
6 (Faculdade Zumbi dos Palmares), Juliana Araujo Cesar Tavares (GT Agenda 2030),
7 LENNON FERREIRA COREZOMAE (Ministério dos Povos Indígenas), MAYRA GOULART DA
8 SILVA (Observatório do Conhecimento), Frederico Martins Quintão (MNODS MG),
9 Juliana Mendes Rodrigues (MGI), Jacinta de Fátima Sena da Silva (ABEn), Flavia
10 Giusepone (Fundação PoliSaber), Raimunda Caldas Barbosa (UMBRASIL), Magda de
11 Sousa Almeida (UNISOL BRASIL), Renata Belzunces dos Santos (Dieese), Elias Begnini
12 (MMA), Vitória Gonçalves Reis (SECOM/PR), JOSE EDUARDO MALTA DE SA BRANDAO
13 (Ipea), Fátima Cristina Faria Palmieri (UGT), Izane Mare Ribeiro Mathos (INPETI),
14 Valquíria Dias Fonseca (CAANM), Marcos Vinícius Dias Nunes (Contag), José Leonardo
15 Maniscalco (Ministério da Defesa), Larissa Carolina Amorim dos Santos (Mpor), José de
16 Ribamar Araújo Marques (Instituto EcoVida), Marcelo Marques de Almeida Filho
17 (Observatório ODS 18-UFSB/MIR), Priscila Oliveira da Silva (CNC), José Cláudio Sassi
18 Junior (Ministério da Pesca e Aquicultura), Helder Rogério Sant Ana Ferreira (Ipea),
19 Maria Helena Ortolan (MPI), Lívia Braga Barreto (Associação Brasileira de Enfermagem),
20 Pedro Ivo de Souza Batista (Teia Carta da Terra Brasil), Fernanda Rosas Pires de Saboia
21 (Memp), Lourival Araújo Andrade (MAM), Yara Martinelli (ABM), Rafaela Junqueira de
22 Oliveira (MRE), Reynaldo Linhares Colares (Gabinete de Segurança Institucional da
23 Presidência da República), Patricia de Aquino (Unitins/Reods), Leonardo Queiroz Athias
24 (Ibge), Andrea Matos (ONDAS), Alice Teixeira de Oliveira (APADI/SECOM/PR), Tallyta de
25 Oliveira Pereira Cardoso Drummond (Ministério do Desenvolvimento e Assistência
26 Social, Família e Combate à Fome), Luciano Garcia Lourencao (Ministério da Previdência
27 Social), Nina Orlow (Mnods), Ruth Helena Pereira da Costa (UCB), Zuleica Goulart
28 (Instituto Cidades Sustentáveis), Maria Cristina Sampaio Lopes (Instituto AMSUR),
29 Carina Giunco (Instituto Selo Social), Luísa da Matta Machado Fernandes (Ministério da
30 Saúde), Eduardo de Azevedo Pedrosa Cunha (Ministério da Agricultura e Pecuária),
31 Emanuela Oliveira Feitosa (Secom), Maria America Menezes Bonfim Hamú (SECOM PR),
32 André Flexa (MEMP), Maria Francisca Santos Abritta Moro (CGU), Carlos Roberto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

33 Ruchiga Corrêa Filho (CGU). A reunião teve início com a atividade do Balanço Ético
34 Global (BEG), iniciativa brasileira lançada em 2025 com o objetivo de ampliar a
35 participação social nas negociações climáticas internacionais, especialmente no
36 contexto da COP30. Inspirado no Balanço Global do Acordo de Paris, o BEG propõe uma
37 abordagem inovadora, centrada na escuta ética e planetária da crise climática, indo
38 além das metas técnicas e políticas. A proposta consiste em reunir lideranças sociais,
39 culturais, espirituais, empresariais, científicas e políticas em espaços de diálogo que
40 valorizem a empatia, a confiança mútua e a cocriação. Todo o conteúdo produzido pelos
41 participantes será sistematizado em um documento orientador, a ser socializado
42 posteriormente. Após o intervalo para o almoço, o Secretário Executivo Lavito deu início
43 ao período vespertino comunicando que, após deliberação conjunta com a secretaria
44 executiva, senhora Kelli Mafort, foi definida a realização de um novo processo seletivo
45 para composição da próxima instância da Comissão Nacional para os Objetivos de
46 Desenvolvimento Sustentável. Na sequência, foram iniciadas reflexões sobre os desafios
47 de articulação entre os ministérios e suas entidades vinculadas, que por vezes atuam de
48 forma fragmentada, dificultando a integração necessária à implementação da agenda
49 dos ODS. Nesse contexto, foi sugerido que o Presidente da República convoque os
50 ministros de Estado para reforçar institucionalmente a Comissão, assegurando que sua
51 atuação seja reconhecida como estratégica e prioritária. A manifestação presidencial foi
52 apontada como instrumento de autoridade capaz de mobilizar os ministérios de forma
53 mais efetiva do que ações isoladas da própria Comissão. Em seguida, discutiu-se a
54 necessidade de estruturação do Sistema Nacional dos ODS, com instâncias fixas nos
55 ministérios, preferencialmente vinculadas aos gabinetes ministeriais ou às secretarias
56 executivas. A Casa Civil foi citada como instância que deveria assumir papel articulador,
57 mas também como ponto de fragilidade atual. Foi defendido que a Secretaria Geral da
58 Presidência assuma maior protagonismo na condução da agenda, dada sua capacidade
59 de convocação e articulação. A comissão também debateu o conceito de paridade entre
60 governo e sociedade civil, reconhecendo a complexidade de definição e categorização
61 das entidades participantes. Foi sugerida a simplificação do processo de seleção, com
62 divisão clara entre poder público e sociedade civil, e critérios objetivos e qualitativos
63 para avaliação. Houve críticas ao processo anterior, considerado confuso e excludente,
64 com excesso de categorias e exigências desproporcionais. Reforçou-se a necessidade de
65 evitar elitização da sociedade civil por meio de pontuações que favoreçam entidades
66 com maior estrutura institucional. No tocante à participação e continuidade dos
67 membros, foi proposta a substituição de representantes após duas ausências
68 consecutivas, com deliberação em plenário. Defendeu-se a valorização de entidades
69 com histórico de participação efetiva, especialmente nas câmaras temáticas, e a
70 consideração de critérios subjetivos como engajamento e contribuição concreta.
71 Reconheceu-se a sobrecarga das organizações e a importância de garantir engajamento
72 real e não apenas presença formal. Foi apresentada uma proposta para a composição
73 da comissão responsável pela validação das entidades que participarão do próximo ciclo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

74 da CNODS. Sugeriu-se que as entidades atualmente integrantes possam indicar
75 representantes para essa comissão, desde que esses representantes não sejam os
76 mesmos que disputarão vagas, garantindo isenção no processo. A Secretaria Geral da
77 Presidência foi reconhecida como instância responsável pela definição da nova
78 composição, com liberdade para convidar ou não as representações atuais. Em seguida,
79 foi apresentada a proposta da Conferência dos ODS com enfatizando que o desenho
80 atual foi elaborado com base em experiências anteriores e articulações com entidades
81 especializadas. A sociedade civil tomou a palavra para informar que se reuniu para
82 discutir a realização da Conferência Nacional dos ODS, e houve consenso sobre sua
83 importância. Desde o início da CNODS, a conferência já estava prevista, mas o momento
84 de sua realização exige reflexão. Foram levantadas preocupações quanto ao calendário:
85 novembro tem a COP, dezembro é dedicado ao planejamento, janeiro é marcado por
86 férias e fevereiro pelo Carnaval — o que limita a mobilização. O roteiro apresentado
87 prevê conferências regionais ou estaduais, culminando na conferência nacional entre
88 abril e maio de 2026. Também foi destacada a necessidade de considerar o contexto
89 político, já que o próximo ano será eleitoral nos estados. Há receio de que governos
90 pouco comprometidos com a agenda dos ODS possam instrumentalizar o processo.
91 Apesar disso, nenhuma representação se opôs à realização da conferência; a
92 preocupação central é garantir que ela tenha objetivos claros e não deslegitime os
93 processos legítimos já existentes nos conselhos. Foi criticada a ideia de nomear o evento
94 como “conferência das conferências”, por sugerir superioridade sobre outras instâncias
95 participativas. Ressaltou-se que, atualmente, não há integração efetiva entre a CNODS
96 e os demais conselhos nacionais, o que limita a inserção da agenda dos ODS nesses
97 espaços. A fala conclui com a recomendação de que essa reflexão seja aprofundada
98 durante a apresentação do roteiro da conferência. Posteriormente, Patrícia (SG/PR)
99 enfatizou que a realização da Conferência Nacional dos ODS é uma pauta presente
100 desde 2023 e sempre esteve prevista no plano de trabalho da CNODS. Na 7ª Reunião
101 Ordinária, foram apresentadas sete experiências conferenciais à plenária, com o
102 objetivo de subsidiar a decisão sobre o formato da conferência. Inicialmente, propôs-se
103 a realização de cinco etapas regionais e uma nacional, devido ao tempo reduzido. No
104 entanto, a plenária deliberou pela realização de etapas estaduais nos 27 estados, com
105 aprovação unânime da proposta. A partir dessa deliberação, a equipe da Secretaria
106 Executiva iniciou os estudos e a construção de um modelo viável, mesmo sem
107 experiência prévia na organização de conferências. Com dedicação e esforço coletivo,
108 foram analisadas conferências anteriores de áreas como educação, assistência social e
109 direitos humanos, reconhecendo que esses processos costumam levar de 18 a 24 meses
110 até a etapa nacional. O desafio, portanto, foi adaptar esse modelo a um cronograma
111 mais enxuto. A conferência foi reafirmada como um espaço de participação, diálogo e
112 construção de políticas públicas, e não apenas como um evento. A equipe destacou que
113 a primeira preocupação foi garantir recursos, e a segunda, assegurar o engajamento da
114 sociedade civil — condição essencial para a realização da conferência. Foram feitas



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

115 conversas preliminares com representantes da sociedade civil, e a proposta apresentada
116 é fruto de estudos acumulados desde abril de 2025, quando surgiram os primeiros sinais
117 de viabilidade orçamentária. A fala reforçou que a CNODS está aberta a contribuições e
118 ajustes, e que o processo de construção da conferência é coletivo, com base em escuta,
119 diálogo e compromisso com os princípios da participação social. Lavito reafirmou, de
120 forma respeitosa, a importância da realização da Conferência Nacional dos ODS,
121 destacando que essa decisão já foi tomada em dois momentos: quando a conferência
122 foi incluída no plano de trabalho da CNODS e durante a 7ª Reunião Ordinária, que
123 contou com a apresentação de sete experiências conferenciais. Argumentou que o
124 processo conferencial representa uma oportunidade estratégica para inserir pautas que
125 até então não conseguiram espaço nos debates institucionais. Em resposta às críticas
126 sobre a falta de integração com outros conselhos, lembrou que a CNODS está vinculada
127 à Secretaria-Geral da Presidência da República, onde também estão sediados os demais
128 conselhos e a Secretaria Nacional de Participação Social — que, segundo ele, está pronta
129 para se engajar no processo assim que for acionada. Por fim, ressaltou que, como
130 secretário, precisa assumir riscos e que, diante do cenário atual, não há indicativo de um
131 momento mais propício para realizar a conferência. Acrescentou que o orçamento
132 disponível para sua execução está vinculado ao exercício até 2026, o que reforça a
133 necessidade de seguir com o planejamento conforme previsto no plano de trabalho da
134 comissão. Em seguida deu-se início a apresentação da proposta conferencial, que será
135 compartilhada para que todos possam inserir as suas contribuições. Giba abriu a
136 primeira intervenção após a apresentação iniciou com uma crítica ao título “Conferência
137 das Conferências”, considerado inadequado por sugerir hierarquia entre instâncias
138 participativas. Como alternativa, foi sugerido o nome “Conferência Nacional ODS Brasil
139 2030 – Movimento Submetido ao Espaço de Convergência e Cooperação Nacional pelos
140 ODS”, mais alinhado ao espírito colaborativo e plural desejado para o evento. Foi
141 destacada a importância da CNODS como espaço de articulação entre governo e
142 sociedade civil, com papel de inspirar e orientar políticas sustentáveis. A conferência,
143 nesse contexto, amplia esse papel, transformando articulação em ação concreta. A
144 apresentação propôs incluir o Relatório Nacional Voluntário (RNV) de 2026 como
145 referência central da conferência, reforçando o compromisso ético e civilizatório do
146 Brasil com a agenda climática e os ODS, especialmente diante da COP30. A conferência
147 foi definida como espaço de pactuação nacional, capaz de transformar diálogo em
148 compromissos concretos. Entre os objetivos sugeridos para a conferência estão:
149 Construir uma narrativa pública sobre os ODS; Mobilizar territórios e setores diversos;
150 Aprofundar o diálogo em torno do RNV 2026; Integrar resultados do Plano Plurianual
151 (PPA); Incluir eixos humanos e culturais, como ética, educação, diversidade e cultura.
152 Foi sugerida a inclusão de temas como democracia, sustentabilidade, inovação,
153 governança e financiamento, além da integração das câmaras temáticas da CNODS às
154 subcomissões da conferência, garantindo coerência técnica e representatividade. A
155 comissão organizadora nacional foi proposta como instância plural, composta por



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

156 representantes do governo, sociedade civil, setor privado e organismos internacionais,
157 com apoio das câmaras temáticas. As etapas da conferência devem refletir a
158 continuidade do RNV e contemplar dimensões federais, estaduais, municipais,
159 territoriais e digitais. A fala também defendeu a criação de um painel público de
160 representatividade, com diversidade regional, étnico-racial, geracional e de gênero,
161 assegurando paridade entre sociedade civil e governo. Como resultado esperado, foi
162 sugerida a criação de um Observatório da Conferência Nacional dos ODS, para
163 acompanhamento permanente dos compromissos pactuados. Por fim, a conferência foi
164 reafirmada como mais do que um evento: um movimento de aprendizagem coletiva e
165 co-responsabilidade, marcando o início de um novo ciclo de ação e engajamento
166 nacional. Andréa expressou entusiasmo com a proposta de que a Conferência Nacional
167 dos ODS seja reconhecida como a “conferência das conferências”, por entender que
168 esse formato permite reafirmar e consolidar as pautas construídas em conferências
169 anteriores, especialmente aquelas com forte protagonismo da sociedade civil, como a
170 das mulheres. Ela compartilhou um exemplo marcante: a conquista da licença
171 paternidade anunciada pelo presidente Lula durante a conferência nacional das
172 mulheres, fruto de uma trajetória iniciada nas etapas municipais e estaduais. Apesar de
173 ter reservas pessoais quanto à realização de conferências, destacou que representa uma
174 entidade (ONDAS) que apoia integralmente a proposta, especialmente por seu potencial
175 de fortalecer a democracia, os direitos humanos e a construção coletiva de um modelo
176 de sociedade socialmente justa e economicamente viável. Sugeriu que o termo
177 “desenvolvimento” seja repensado, por carregar conotações que podem distanciar
178 realidades comunitárias sustentáveis das grandes cidades marcadas por desigualdades.
179 Defendeu que os delegados da conferência dos ODS sejam aqueles que já participaram
180 de outras conferências, garantindo representatividade e continuidade. Reforçou o papel
181 histórico das mulheres na organização de conferências robustas e propôs que elas
182 contribuam diretamente na construção da conferência dos ODS. Por fim, fez uma crítica
183 à ausência das conferências livres na proposta atual, considerando essa omissão um
184 retrocesso. As conferências livres foram apontadas como inovação democrática
185 essencial, permitindo que a sociedade civil paute suas próprias agendas de forma
186 autônoma. A fala concluiu com um apelo para que esse formato seja incluído, traçando
187 um paralelo entre os diferentes tratamentos institucionais recebidos por conferências
188 formais e livres, e destacando a importância de ambas para a construção do país que se
189 deseja. Izane manifestou posição contrária à realização da conferência, defendendo, em
190 vez disso, um processo de escuta qualificada. A justificativa principal foi o curto prazo
191 disponível, que pode comprometer o desenvolvimento adequado das etapas estaduais
192 e nacional, gerando riscos de atropelos. Ela também levantou uma dúvida sobre
193 possíveis impedimentos legais relacionados ao período eleitoral, como a
194 descompatibilização de pessoas envolvidas e restrições ao uso de símbolos do governo
195 a partir de julho. Por fim, reforçou uma crítica já mencionada anteriormente: a ausência
196 de critérios claros de diversidade na proposta apresentada, apontando a falta de



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

197 representatividade de pessoas com deficiência, negras, indígenas, LGBTQIA+ e outros
198 grupos sociais. A equipe esclareceu dois pontos principais: diversidade e prazo eleitoral.
199 Em relação à diversidade, informou que a SNPS elaborou uma cartilha com critérios
200 obrigatórios para a realização de conferências, incluindo a composição mínima de 2/3
201 de sociedade civil e 1/3 de governo. Dentro desse 1/3, deve haver representatividade
202 de grupos diversos, como povos e comunidades tradicionais, pessoas LGBTQIA+, negras
203 e com deficiência. Esses critérios estarão no documento orientador, e os delegados já
204 devem atender a essas exigências. Caso não cumpram, caberá à comissão organizadora
205 nacional solicitar ajustes. Sobre o prazo, explicou que a previsão de realização da
206 conferência até o final de junho se deve à vedação eleitoral que começa em 3 de julho.
207 A partir dessa data, não é permitido realizar eventos ou ações que promovam governos
208 ou políticos, nem transferir recursos públicos para esse fim. Por isso, o cronograma foi
209 ajustado para aproveitar ao máximo a janela legal disponível. A representante do
210 Ministério da Saúde, Luisa, compartilhou sua experiência com conferências no âmbito
211 do SUS e alertou para a inviabilidade de realizar etapas conferenciais entre dezembro e
212 fevereiro, devido à baixa mobilização nesse período. Ela classificou como um esforço
213 hercúleo tentar realizar conferências nesse intervalo, com risco de esvaziamento e baixa
214 qualidade dos insumos gerados. Sugeriu que as mobilizações e preparações começem
215 desde já, mas que as conferências propriamente ditas ocorram entre fevereiro e abril,
216 preferencialmente no formato de conferências livres, que têm demonstrado maior
217 capacidade de engajamento da sociedade civil. Destacou que, nesse modelo, governos
218 e estados podem participar da construção coletiva junto aos movimentos sociais,
219 promovendo representatividade real. Defendeu um modelo mais dinâmico, em que a
220 comissão organizadora possa identificar lacunas temáticas ou territoriais e realizar
221 convites estratégicos para garantir diversidade e profundidade nos debates. Rejeitou o
222 título “conferência das conferências”, afirmando que, no contexto da saúde, essa
223 nomenclatura seria mal recebida. Reforçou que a conferência dos ODS deve ser
224 nacional, com múltiplos níveis e relevância institucional. Por fim, enfatizou a
225 importância de garantir paridade e diversidade desde a base, no momento da escolha
226 dos delegados. Alertou que, se esses critérios não forem respeitados nas etapas locais e
227 estaduais, a comissão nacional não conseguirá corrigir posteriormente. Recomendou
228 que a metodologia de seleção já conte com representatividade de grupos como negros,
229 pessoas com deficiência, mulheres, quilombolas e comunidades de matriz africana,
230 respeitando as especificidades dos territórios. Saraiva iniciou sugerindo que, diante do
231 orçamento disponível para a conferência, seja contratada uma agência de publicidade
232 para tornar a proposta mais atrativa e acessível. Criticou o formato atual da
233 apresentação, afirmando que ela tende a mobilizar apenas os já engajados, sem
234 conseguir “furar a bolha” e alcançar novos públicos — o que, segundo ele,
235 comprometeria o propósito da conferência. Manifestou desconforto com o título
236 “conferência das conferências”, por entender que ele pode gerar conflitos com aliados
237 e parecer arrogante. Também questionou a composição dos representantes



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

238 governamentais indicados, apontando ausência de áreas estratégicas como cultura e
239 saúde, e sugeriu que os nomes apresentados não têm histórico de mobilização social.
240 Reforçou que a conferência deve ser voltada para fora, com foco em ampliar o alcance
241 da agenda dos ODS. Concordou com a proposta de construir um Sistema Nacional dos
242 ODS, destacando que princípios, metodologias e eixos são os verdadeiros instrumentos
243 de mobilização. Defendeu a retomada das conferências livres como inovação
244 democrática e sugeriu incorporar mecanismos digitais participativos, reconhecendo o
245 Fórum Brasil Participativo como uma iniciativa promissora, embora ainda confusa. Por
246 fim, reconheceu que, apesar das dúvidas iniciais, a realização da conferência é positiva
247 e necessária, desde que respeite os critérios de estruturação e envolvimento coletivo.
248 Encerrou afirmando que esse processo representa um legado da retomada da
249 governança política da Agenda 2030, e que a renovação da comissão em dezembro será
250 uma oportunidade de consolidar esse esforço histórico. Jacinta expressou forte apoio à
251 realização da conferência, destacando sua crença na potência desse espaço de
252 participação. Com experiência no Ministério da Saúde, ela contextualizou a atuação dos
253 conselhos CONASS e CONASEMS, ressaltando que, na saúde, a pressão dos movimentos
254 sociais é intensa e que o processo conferencial é complexo e custoso. Ela considerou a
255 fala da Patrícia esclarecedora ao propor uma conferência nacional com participação
256 territorial, sugerindo que é necessário repensar o método atual, que já não dá conta das
257 demandas. Com base na experiência da conferência de saúde do trabalhador, defendeu
258 a adoção de metodologias inovadoras, como conferências livres e comunicação digital,
259 para ampliar o alcance e a representatividade. Alertou para a importância de critérios
260 firmes no documento orientador, para evitar distorções na participação e garantir
261 legitimidade. Reconheceu que conferências podem tanto mobilizar quanto tensionar o
262 governo, e que esse equilíbrio precisa ser bem gerido. Sugeriu que seja feito um estudo
263 das conferências já realizadas desde 2023, para extrair propostas alinhadas aos ODS.
264 Citou conferências temáticas como as de saúde, trabalho, educação, mulheres e meio
265 ambiente, argumentando que seus relatórios já contêm contribuições valiosas que
266 podem ser sistematizadas em um documento intersetorial robusto. Por fim, reforçou
267 que a saúde precisa estar mais presente no processo, reconhecendo que, apesar dos
268 avanços, muitos resultados ainda não se traduzem em prática. Encerrou agradecendo o
269 espaço e reafirmando o compromisso com a construção coletiva. Nina reforçou que a
270 Conferência dos ODS representa uma oportunidade valiosa para ampliar e colocar em
271 prática os princípios defendidos pelo movimento até agora. Reconheceu que é uma
272 iniciativa ousada e corajosa, mas que precisa ser bem estruturada para evitar riscos de
273 desorganização ou descrédito. Destacou que alguns estados podem enfrentar
274 dificuldades, o que torna ainda mais relevante a existência das conferências livres como
275 alternativa de participação. Enfatizou também a importância de comunicar amplamente
276 a conferência, alcançando públicos fora da “bolha” habitual dos debates sobre a Agenda
277 2030. Alertou que, embora a Conferência da Saúde seja uma referência poderosa, a dos
278 ODS não deve ser comparada diretamente, pois é a primeira edição, com abrangência



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

279 temática muito maior e desafios próprios. Finalizou apoiando as propostas já
280 apresentadas e incentivando que o grupo dê esse passo com ousadia, para transformar
281 a agenda dos ODS em realidade concreta. Pedro Ivo iniciou afirmando que, após debate
282 com colegas da TEIA, está convencido da importância de realizar a Conferência Nacional
283 dos ODS. Reconheceu os desafios do contexto atual — COP30, eleições e conjuntura
284 política — mas defendeu que a conferência pode ser uma oportunidade estratégica de
285 incidência política, estimulando o debate público sobre os ODS e influenciando
286 programas de candidatos, inclusive presidenciais. Destacou que movimentos como o da
287 Carta da Terra já conseguiram compromissos de centenas de prefeitos e vereadores, e
288 que a conferência pode ampliar esse impacto. Sugeriu realizar um ato público em Belém,
289 fora da programação oficial da COP, para convocar governos e sociedade a assumir os
290 ODS, aproveitando espaços diversos como aldeias, assembleias legislativas e
291 movimentos sociais. Com experiência na coordenação de conferências, alertou para os
292 riscos de envolvimento de ministérios que não colaboraram efetivamente, e defendeu
293 uma coordenação nacional ampla e representativa, com uma coordenação executiva
294 menor e paritária. Ressaltou a importância de contar com ministérios que tenham
295 presença territorial, como o do Meio Ambiente, para garantir articulação nos estados —
296 especialmente diante de governos estaduais conservadores. Criticou a baixa
297 popularização dos ODS, afirmando que muitas pessoas já atuam em iniciativas alinhadas
298 à agenda sem saber disso. Defendeu a criação de um Sistema Nacional dos ODS e a
299 adoção de metodologias acessíveis e populares, como conferências livres e
300 comunicação digital, para ampliar o engajamento da sociedade. Concluiu com um
301 chamado à mobilização da sociedade civil, reconhecendo que o movimento ambiental
302 precisa se enraizar nas comunidades para ser efetivo. Reforçou que a conferência é uma
303 oportunidade histórica e que é hora de “ir pra luta” e construir coletivamente esse
304 processo. Maria Helena tomou a fala e iniciou apoiando as falas anteriores e sugeriu que
305 a FLACSO, por sua expertise em conferências, contribua com subsídios para o caderno
306 orientador, especialmente identificando conferências com temas transversais aos ODS
307 — e vice-versa — como material já consolidado. Em seguida, reforçou a importância de
308 refletir, na composição do poder público, a diversidade e a pluralidade discutidas ao
309 longo dos encontros. Destacou como exemplo positivo a Conferência Nacional das
310 Mulheres Indígenas, que reuniu 7 mil participantes e foi organizada com sucesso por um
311 ministério pequeno (MPI) em parceria com movimentos sociais, demonstrando que
312 articulações bem estruturadas podem gerar grandes resultados mesmo com recursos
313 limitados. Sugeriu que o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) seja incluído na
314 organização da Conferência dos ODS, destacando sua disposição em participar e sua
315 experiência acumulada, especialmente em processos como o ODS 18 e as conferências
316 de saúde indígena, que têm forte mobilização social e representatividade. Concluiu
317 reforçando o apoio à inclusão do MPI e da experiência acumulada por esses movimentos
318 no processo da conferência, destacando que o ministério já sinalizou positivamente para
319 essa colaboração.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

320 A SE-CNODS esclareceu o pensamento atual sobre a composição da Comissão
321 Organizadora Nacional da Conferência dos ODS. Essa comissão terá um papel mais
322 técnico e burocrático, voltado à recepção de propostas, deliberações e gestão de
323 recursos. No entanto, a proposta é que todos os 38 ministérios estejam engajados,
324 especialmente por meio das subcomissões, atuando nas frentes em que se sintam mais
325 confortáveis e possam contribuir de forma mais efetiva. Foi destacado que ministérios
326 com capilaridade territorial, como os que possuem secretarias estaduais, podem ser
327 mais úteis na mobilização e articulação local do que em tarefas administrativas. Nenhum
328 ministério foi excluído; ao contrário, a ideia é adaptar a participação conforme suas
329 capacidades e áreas de atuação. O modelo ainda está em construção e aberto a ajustes,
330 mas o objetivo é garantir engajamento amplo e funcional. Patricia de Aquino trouxe
331 contribuições práticas e organizativas para o planejamento da Conferência Nacional dos
332 ODS. Ela sugeriu que o prazo para realização das conferências estaduais seja mais
333 restrito e realista, apontando que novembro (por conta da COP30), dezembro, janeiro e
334 fevereiro são períodos pouco viáveis para mobilização. Recomendou concentrar as
335 etapas entre março e abril, com cronograma definido desde já. Sobre a convocação,
336 defendeu que o processo seja liderado pela Presidência da República, com uso da
337 estrutura institucional para garantir mobilização efetiva. Argumentou que uma
338 convocação oficial tem mais peso e capacidade de engajamento do que iniciativas
339 isoladas de membros da CNODS. Citou como exemplo o sucesso de ações como o
340 Pavilhão Brasil, que recebeu mais de mil propostas via plataforma digital. Ela também
341 sugeriu que os ministérios com capilaridade, como Saúde e Educação, sejam acionados
342 para apoiar a mobilização, dada sua presença em escolas, universidades e territórios.
343 Em relação ao público e formato da conferência, levantou dúvidas sobre quem
344 participará e como será estruturada a programação: se haverá chamadas públicas para
345 apresentação de trabalhos, se haverá equilíbrio entre falas governamentais e da
346 sociedade civil, e como será garantida a paridade. Por fim, propôs que a comissão
347 organizadora seja paritária entre governo e sociedade civil, tanto na instância nacional
348 quanto nas subnacionais, e que essa definição seja feita o quanto antes para permitir
349 que todos começem a trabalhar de forma articulada. A SE-CNODS esclareceu que as
350 etapas estaduais da Conferência dos ODS seguirão o mesmo modelo da Comissão
351 Organizadora Nacional, com composição paritária e critérios de diversidade. Essas
352 etapas terão caráter técnico e objetivo, voltadas à elaboração de propostas, com base
353 em um documento referencial previamente distribuído. A ideia é que os participantes
354 cheguem às conferências já informados, permitindo debates mais qualificados. Quanto
355 à participação, o público das etapas estaduais será definido de forma flexível, com
356 abertura para conferências livres como estratégia de mobilização. Sobre a convocação,
357 foi destacado que não haverá caráter obrigatório: a Presidência da República não pode
358 impor a realização das etapas estaduais, respeitando o pacto federativo. Em vez disso,
359 será feita uma mobilização ativa, com convites, articulações e, se necessário, contato
360 direto com os estados. Foi ressaltado que a não realização de etapas estaduais não



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

361 impedirá a realização da etapa nacional. O documento orientador prevê que, caso um
362 estado não organize sua conferência, a sociedade civil poderá se mobilizar
363 autonomamente. Também está sendo considerada a possibilidade de atuação direta da
364 equipe organizadora em estados que não demonstrarem engajamento, com agendas
365 presenciais e articulações locais. Andréia reconheceu a complexidade de comparar a
366 Conferência dos ODS com conferências de áreas consolidadas como a saúde,
367 destacando que o SUS possui uma forte base territorial e institucional, o que ainda falta
368 na estrutura da CNODS. Por isso, defendeu que os delegados da Conferência dos ODS
369 sejam pessoas que já participaram de outras conferências, como as de mulheres, saúde,
370 assistência social e meio ambiente, onde há conselhos estaduais que garantem
371 articulação entre os níveis nacional e local. Ela apontou que os ODS dialogam com todas
372 as políticas públicas e conselhos existentes, mas que a CNODS ainda não possui um
373 elemento de ligação territorial que permita essa articulação. Por isso, sugeriu que o
374 edital da conferência preveja uma pré-seleção de delegados com base em experiências
375 anteriores, garantindo representatividade e conexão com os territórios. Criticou a
376 composição atual da proposta, que inclui apenas ministérios organizadores e não os de
377 execução, o que pode reforçar a ideia equivocada de que os ODS são apenas uma pauta
378 ambiental. Reforçou que os ODS são transversais e devem envolver áreas como cultura,
379 educação, saúde e assistência social. Propôs que a articulação com os estados seja feita
380 via Casa Civil estadual, já que não há uma instância nacional que faça essa ponte
381 diretamente. Por fim, apoiou a sugestão de Jacinta de realizar um exercício documental
382 que reúna propostas já existentes em outras conferências, permitindo que os delegados
383 identifiquem pontos de convergência e lacunas, e que a conferência seja de fato
384 propositiva — com resultados concretos e não apenas uma carta simbólica. A
385 representante da CGU, Maria Moro, com experiência acumulada desde a 12ª
386 Conferência de Saúde do Trabalhador, reforçou a importância da realização da
387 Conferência dos ODS, destacando que ela não deve ser vista como “a conferência das
388 conferências”, mas como um espaço estratégico para pensar além de 2030 e preparar o
389 futuro da agenda. Ela reconheceu que o modelo tradicional de conferências está
390 esgotado e defendeu a adoção de formatos mais dinâmicos, como as conferências livres,
391 que podem ser regulamentadas via edital e utilizadas para mobilizar os 42 segmentos
392 da sociedade civil representados na CNODS. Essas conferências livres, segundo ela,
393 devem ter legitimidade para indicar delegados e podem ser organizadas por controle
394 social, mesmo sem apoio direto dos estados. Sugeriu que conselhos de políticas públicas
395 — como os de saúde, mulheres e meio ambiente — sejam mobilizados para realizar
396 conferências locais, mesmo que não sejam formalmente estaduais. O nome do evento,
397 segundo ela, é menos importante do que o modo de fazer. Defendeu o uso da
398 plataforma Brasil Participativo como ferramenta para reunir propostas da sociedade
399 civil, permitindo que qualquer pessoa contribua, inclusive aquelas que não participam
400 presencialmente. Propôs que o documento base da conferência seja construído a partir
401 dessas contribuições, evitando decisões concentradas em pequenos grupos. Por fim,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

402 sugeriu a realização de atividades autogestionadas no dia anterior à conferência oficial,
403 voltadas exclusivamente à sociedade civil da CNODS. Essas atividades seriam espaços
404 ricos de preparação, articulação e debate sobre a agenda pós-2030. Karina iniciou
405 agradecendo a presença dos membros da comissão que permaneceram até o final da
406 reunião, destacando a importância do comprometimento contínuo. Reconheceu a força
407 da sociedade civil e sua capacidade de mobilização nos territórios, especialmente por
408 meio de redes como os Institutos Federais (IFs) e outras instituições já engajadas com a
409 Agenda 2030. Defendeu que, mesmo diante de limitações, é possível avançar com o que
410 está ao alcance, valorizando a ideia de agir entre o real e o ideal. Enfatizou que esta pode
411 ser a única oportunidade de realizar a conferência, considerando os desafios políticos
412 futuros, e fez um chamado à ação: que todos se unam para fazer o possível com os
413 recursos e estruturas disponíveis. Reconheceu também o papel de ministérios que têm
414 se mantido presentes e parceiros do processo, reforçando que a construção da
415 conferência depende da colaboração entre governo e sociedade civil. Finalizou com um
416 convite à mobilização coletiva e à corresponsabilidade para fazer a conferência
417 acontecer nos territórios. Juliana, por sua vez, reconheceu que a conferência não será
418 exatamente como desejado, mas reforçou que, diante da sua confirmação, é preciso
419 pensar em como realizá-la da melhor forma possível. Sugeriu manter o cronograma até
420 30 de abril, permitindo flexibilidade para cada território organizar suas etapas conforme
421 suas possibilidades. Expressou preocupação com a articulação nos estados, destacando
422 que a convocação formal deve partir dos governos estaduais, articulada pelo governo
423 federal — especialmente via Casa Civil e Secretaria-Geral da Presidência. Defendeu que
424 a sociedade civil pode mobilizar a população, mas precisa de respaldo institucional para
425 garantir efetividade. Criticou a ausência de diálogo em alguns estados e defendeu que,
426 onde não houver convocação oficial, as conferências livres sejam utilizadas como
427 alternativa legítima para garantir representatividade e inclusão de temas específicos.
428 Alertou, no entanto, para a necessidade de garantir diversidade e qualidade nas
429 conferências livres, que muitas vezes são organizadas por grupos com pouca
430 experiência. Destacou a inovação recente de permitir que conferências livres elejam
431 delegados, mas alertou para os riscos de não prever isso no orçamento. Citou o exemplo
432 da Conferência Nacional de Mulheres, que teve mil delegadas eleitas por conferências
433 livres sem recursos suficientes para garantir sua participação. Defendeu que o
434 orçamento da Conferência dos ODS já conte com essas delegações para evitar exclusões
435 e garantir legitimidade. Por fim, sugeriu que a FLACSO contribua com a sistematização
436 das propostas já produzidas em outras conferências, cruzando essas demandas com os
437 ODS e com o Plano Plurianual (PPA). Essa sistematização permitiria identificar o que já
438 está contemplado nas políticas públicas, o que ainda precisa ser incorporado e onde há
439 recursos disponíveis ou lacunas. Propôs que esse processo se torne uma entrega
440 concreta da conferência, funcionando como um sistema de monitoramento dos ODS,
441 alinhado com estudos do IPEA sobre impactos intersetoriais das metas. Cris Palmieri
442 destacou sua experiência em conferências e reconheceu que o formato proposto para a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

443 Conferência dos ODS é inovador, ambicioso e desafiador. Reforçou que, apesar das
444 limitações, é essencial aproveitar o momento e não perder o “timing” para mobilização.
445 Defendeu que as regras e o regimento das etapas estaduais sejam definidos e divulgados
446 desde o início, com prazos claros e cronograma realista, para garantir maior participação
447 e engajamento. Alertou para os desafios do calendário — COP30, fim de ano, férias e
448 Carnaval — mas lembrou que há experiências anteriores de mobilização em janeiro,
449 como o Fórum Social Mundial. Ressaltou que o sucesso da conferência depende de uma
450 estratégia articulada e transparente, com envolvimento de todos os atores nos
451 territórios. Citou a capilaridade dos trabalhadores, fóruns das centrais e a Confederação
452 Nacional dos Municípios como potenciais mobilizadores. Defendeu uma comunicação
453 ampla e acessível, com uso de vídeos e mídias de grande alcance, como televisão, para
454 engajar a população. Compartilhou exemplos de mobilização da sociedade civil em São
455 Paulo, inclusive em situações de resistência por parte do governo estadual, mostrando
456 que a sociedade civil pode ser um grande indutor da conferência. Reforçou que os ODS
457 não devem ser tratados como pauta exclusivamente ambiental, e que a comissão
458 organizadora precisa ser ampliada para garantir representatividade de áreas como
459 saúde, educação, mulheres e cidades. Defendeu a paridade entre governo e sociedade
460 civil na organização. Por fim, sugeriu que as conferências livres sejam pensadas como
461 alternativas regionais, especialmente para estados com menos condições de realizar
462 etapas formais, garantindo que todas as cinco regiões do país estejam contempladas.
463 Encerrou reconhecendo que há muito trabalho pela frente, mas conclamando todos a
464 seguirem em frente com empenho. Zuelikar retomou a palavra reafirmando seu apoio
465 à realização da Conferência dos ODS, destacando que sua preocupação não é com a
466 conferência em si, mas com o momento e as condições para que ela seja efetiva e gere
467 resultados concretos. Reforçou a necessidade de repactuar o cronograma, considerando
468 que o atual não é realista, especialmente diante da resistência de muitos governadores
469 à agenda dos ODS. Sugeriu que o diálogo com os estados seja articulado pelo governo
470 federal, por meio da Secretaria de Assuntos Federativos (SAF), para facilitar a
471 convocação das conferências estaduais. Reconheceu que a sociedade civil está
472 comprometida, mas que precisa de apoio institucional para garantir mobilização nos
473 territórios. Criticou o uso do termo “conferência das conferências”, apontando que ele
474 não é consensual e pode gerar interpretações equivocadas. Propôs que seja feita uma
475 consulta formal sobre o uso desse mote. Destacou que, com apenas cinco anos até 2030,
476 é urgente trabalhar com um conceito de aceleração e avanço da agenda, e não apenas
477 com mobilização e sensibilização. Apontou que o documento apresentado não
478 menciona implementação nem monitoramento, o que considera uma falha importante.
479 Sugeriu que o documento orientador seja revisado para incluir um objetivo geral claro,
480 objetivos específicos e eixos estratégicos, com destaque para o enfrentamento às
481 mudanças climáticas, que vai além da sustentabilidade ambiental. Por fim, expressou
482 preocupação com a integração dos resultados das conferências já realizadas,
483 defendendo que esses insumos sejam incorporados de forma estruturada à Conferência



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

484 dos ODS. Após apresentadas todas as falas a reunião seguiu para o fim com os seguintes
485 encaminhamentos definidos: 1. Será disponibilizada a apresentação sobre a conferência
486 atualizada com os dados discutidos, incluindo critérios para as etapas estaduais e
487 composição das representações. (O material será enviado via link – Docs - para todas as
488 representações da CNODS, titulares e suplentes). 2. O documento ficará aberto para
489 contribuições por uma semana, com encerramento na sexta-feira seguinte à reunião. 3.
490 As representações da sociedade civil devem indicar 9 instituições consensuadas para
491 compor a Comissão Organizadora Nacional. (A metodologia e os nomes indicados serão
492 validados em plenária, conforme acordado na 7ª Reunião Ordinária; A mesa diretora
493 atua como instância de consenso, mas não delibera sozinha). 4. As instituições não
494 indicadas para a comissão organizadora nacional poderão integrar subcomissões e
495 outras frentes de trabalho da conferência. 5. Será elaborado um documento com base
496 nas discussões da plenária anterior, abordando: O modelo de desenvolvimento
497 defendido pela CNODS; O papel da Comissão Nacional; Recortes de curto prazo (COP30)
498 e médio prazo (agenda pós-2030). O documento será compartilhado para contribuições
499 e validação. 6. Balanço Ético Global: O trabalho realizado pelos participantes será
500 consolidado e disponibilizado posteriormente. 7. Será encaminhada a inscrição da
501 CNODS para uma atividade autogestionada na COP30. 8. Foi acordada a possibilidade
502 de convocação de uma reunião extraordinária online, com caráter deliberativo, caso
503 necessário. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, no qual, eu Mariana
504 Vicêncio Fernandes de Siqueira, lavrei a presente ata em 17 de outubro de 2025, que foi
505 aprovada pelo pleno na 9ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional para os Objetivos
506 de Desenvolvimento Sustentável, em 18/12/2025.